



Avaliação Externa das Escolas
Relatório de escola

Agrupamento de Escolas
Dr. Sousa Martins
VILA FRANCA DE XIRA

Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo da IGE
Datas da visita: 24, 25 e 28 de Fevereiro de 2011

I – INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa.

Após a realização de uma fase-piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho Conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação (IGE) de acolher e dar continuidade ao programa nacional de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase-piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do Agrupamento de Escolas Dr. Sousa Martins – Vila Franca de Xira, na sequência da visita efectuada nos dias 24, 25 e 28 de Fevereiro de 2011.

Os capítulos do relatório – *Caracterização do Agrupamento*, *Conclusões da Avaliação por Domínio*, *Avaliação por Factor* e *Considerações Finais* – decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório está disponível
no sítio da IGE na área
[Avaliação Externa das Escolas 2010-2011](#)

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos cinco domínios

Muito Bom – Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

Bom – A escola revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

Suficiente – Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

Insuficiente – Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. A escola não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

II – CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas Dr. Sousa Martins, constituído no ano lectivo de 2007-2008, situa-se no município de Vila Franca de Xira. Trata-se de um Agrupamento formado por seis estabelecimentos de educação e ensino: os jardins-de-infância (JI) do Bairro do Paraíso e de A-dos-Bispos, a Escola Básica com Jardim-de-Infância (EB1/JI) Dr. Sousa Martins, as escolas básicas do 1.º ciclo (1.º CEB) de A-dos-Bispos e do Bairro do Paraíso e a Escola Básica e Secundária Professor Reynaldo dos Santos, Escola-Sede. O número total de crianças/alunos que o frequentam é de 1326, sendo 58 da educação pré-escolar, 397 do 1.º CEB, 246 do 2.º CEB, 309 do 3.º CEB, 304 do ensino secundário (241 dos cursos científico-humanísticos e 63 dos cursos profissionais) e 12 do curso de educação e formação Tipo 2, Nível II. Beneficiam de auxílios económicos, no âmbito da Acção Social Escolar, 295 alunos (23,3%): 181 no escalão A (14,3%) e 114 no escalão B (9,0%). Dispõem de computador com ligação à Internet, em casa, 11,2% dos discentes. No que respeita à naturalidade, constata-se que 5,8% dos alunos são estrangeiros, provenientes de países como o Brasil, Angola e a Ucrânia. Na EB1/JI Sousa Martins funciona uma Unidade de Ensino Estruturado para Educação de Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo. Além disso, é ainda um Agrupamento de Referência para a Educação Bilingue de Alunos Surdos, existindo uma turma do 1.º CEB na EB1 do Bairro do Paraíso e outra do 5.º ano, na Escola-Sede. Oferece-se o Ensino Articulado da Música, numa turma de 5.º ano. O corpo docente é constituído por 150 docentes, sendo 89 (59,3%) do quadro de Agrupamento, 7 (4,7%) do quadro de zona pedagógica e 54 (38,0%) contratados. O pessoal não docente é constituído por 36 assistentes operacionais e oito assistentes técnicos. Existem ainda seis técnicos especializados contratados: dois terapeutas da fala, uma intérprete e duas formadoras de Língua Gestual Portuguesa e uma psicóloga a tempo parcial. No que respeita às habilitações literárias dos pais e encarregados de educação, 39,1% detêm um nível de escolaridade entre os 1.º e o 3.º ciclos, 24,9% o ensino secundário, 17,7% concluíram o ensino superior e 18,3% têm formação desconhecida ou não possuem qualquer tipo de habilitação.

III – CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

1. Resultados

BOM

Os resultados académicos dos alunos são marcados por alguma falta de consistência, predominando tendências de oscilação e de regressão. Ainda assim, especialmente ao nível da avaliação externa, as médias do Agrupamento superam, na generalidade, as nacionais. No âmbito dos cursos de educação e formação e dos profissionais, registam-se baixas taxas de conclusão, nos percursos concluídos no triénio. Reconhece-se um bom desempenho ao nível do desenvolvimento cívico dos alunos, em áreas como a igualdade de género e a solidariedade, entre outras. O envolvimento dos alunos na vida escolar é outro dos aspectos a merecer destaque, quer pela sua participação profícua nos órgãos/estruturas, quer através do papel da Associação de Estudantes e da integração de representantes dos discentes em grupos de trabalho. Mesmo assim, a realização pouco frequente de assembleias de delegados e o fraco conhecimento que estes detêm de alguns dos documentos estruturantes constituem aspectos menos positivos. O Agrupamento consegue ainda resultados bastante satisfatórios na área do comportamento e disciplina, com impacto na satisfação dos elementos da comunidade educativa relativamente ao ambiente educativo existente. Como aspecto bem conseguido, destaca-se ainda o facto de o Agrupamento responder às expectativas da comunidade, que se mostra satisfeita com o trabalho realizado, através da diversificação da oferta educativa/formativa e de implementar diversas estratégias que visam estimular e valorizar as aprendizagens.

2. Prestação do serviço educativo

BOM

A prestação do serviço educativo levada a cabo pelo Agrupamento evidencia, por um lado, a abrangência do currículo ministrado, privilegiando-se as dimensões artística, cultural, social e desportiva, e, por outro, a valorização, no geral, dos saberes experimentais, práticos e profissionais. Registam-se práticas bem conseguidas no campo da diferenciação e apoios, designadamente o envolvimento dos alunos com capacidades excepcionais de aprendizagem num projecto específico para o desenvolvimento das suas competências, a articulação entre docentes/técnicos/famílias e a colaboração/parceria com diversas instituições no âmbito dos

processos educativos dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, bem como o ensino bilingue de alunos surdos e o trabalho organizado na Unidade de Ensino Estruturado para Educação de Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo. As taxas de sucesso dos alunos com planos de recuperação/acompanhamento, que indiciam alguma ineficácia das medidas aplicadas aos alunos com dificuldades de aprendizagem, traduzem, todavia, o ponto mais fraco, neste campo. Ainda que se assinalem como positivas as acções desenvolvidas no sentido de se facilitar a integração dos alunos nos ciclos/níveis seguintes, evidenciam-se fragilidades na área da articulação e sequencialidade, em especial ao nível da gestão vertical do currículo.

3. Organização e gestão escolar

MUITO BOM

A organização e gestão escolar caracterizam-se pelo bom planeamento da actividade, evidente na articulação entre os documentos estruturantes e na organização de cada ano lectivo, processo que envolve vários órgãos e obedece a critérios definidos. A gestão dos recursos humanos levada a cabo pela direcção é outro dos aspectos positivos a sublinhar. Neste campo, sobressaem a valorização das competências pessoais e profissionais, nos processos de distribuição de serviço, marcados pelo primado do aspecto pedagógico, e a importância concedida à dimensão educativa dos conteúdos funcionais do pessoal não docente e à realização interna de diversas acções de sensibilização/formação sobre temáticas prioritárias. No âmbito dos recursos materiais, merecem destaque, pela sua qualidade, as instalações da Escola-Sede e da EB1/JI Dr. Sousa Martins, ainda que se reconheçam, também, estabelecimentos de educação e ensino com instalações/equipamentos menos adequados, o que constitui um constrangimento ao desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem. A equidade e justiça constituem uma das áreas fortes, em especial no campo da inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais. Reconhecem-se iniciativas destinadas ao envolvimento dos pais e encarregados de educação na vida escolar, designadamente a dinamização de acções de sensibilização/formação e a sua integração em grupos de trabalho. Ainda assim, em especial na educação pré-escolar e no 1.º CEB, em alguns estabelecimentos, não há uma estratégia bem definida com vista a um maior envolvimento. Considera-se, também, como profícuo o trabalho das associações de pais e a participação dos pais e encarregados de educação nos conselhos de turma e nos órgãos de direcção, administração e gestão.

4. Liderança

BOM

As lideranças demonstram uma visão e estratégia claras. Além da orientação da sua acção para os resultados, a criação de uma oferta educativa abrangente, onde se reconhecem áreas de excelência, como o ensino bilingue de alunos surdos, e a adesão a projectos que tornam o Agrupamento uma organização escolar de referência são aspectos que contribuem para a sua boa imagem junto da comunidade. A direcção é reconhecida pela sua competência, empenho e dedicação, atributos que têm impacto na mobilização dos restantes profissionais. De realçar, ainda, a boa articulação entre órgãos, apesar de se registarem algumas limitações no âmbito da actividade do Conselho Geral, no acompanhamento da acção dos demais órgãos, e do Conselho Pedagógico, em matéria de articulação vertical. A celebração de parcerias com diversas instituições, com impacto na prestação de um serviço educativo de maior qualidade, constitui um dos aspectos positivos a sublinhar. A inovação não é, contudo, uma área muito forte, no Agrupamento.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria do Agrupamento

BOM

O Agrupamento tem desenvolvido, ao longo do triénio, diversas práticas de auto-avaliação, que tiveram impacto nos processos de planeamento e que culminaram com a implementação recente de um processo mais estruturado, baseado no modelo *Common Assessment Framework*, que suscitou uma participação alargada da comunidade educativa. Este processo permitiu, ainda, a identificação sustentada de pontos fortes, pontos fracos e acções de melhoria a desenvolver, que ainda não foram implementadas. Mesmo assim, o trabalho concretizado, a abrangência da constituição da equipa de auto-avaliação, a formação específica adquirida e o envolvimento de toda a comunidade educativa em torno do processo perspectivam a melhoria da capacidade de auto-regulação e, conseqüentemente, o progresso sustentado do Agrupamento.

IV – AVALIAÇÃO POR FACTOR

1. Resultados

1.1 Sucesso académico

Na educação pré-escolar, há registos estruturados sobre a evolução das aprendizagens das crianças, informação transmitida periodicamente aos encarregados de educação, através de um documento normalizado. No 1.º CEB, as taxas de transição/conclusão vão decaindo ao longo do triénio 2007-2008 a 2009-2010, situando-se acima das médias nacionais em 2007-2008 (97,4% *versus* 96,2%), mas abaixo destas nos anos seguintes (95,9% face a 96,1% e 93,8% *versus* 95,8%). No 2.º CEB, verifica-se precisamente a mesma tendência de regressão: 92,7%, 89,1% e 86,2% face a 91,6%, 92,0% e 91,9%. No 3.º CEB, por sua vez, regista-se uma evolução positiva, naquele período, atingindo-se, inclusivamente, a superação das médias nacionais no último ano lectivo, situação que não havia acontecido nos dois anos anteriores: 80,9%, 85,1% e 87,2% *versus* 85,3%, 85,3% e 85,2%. No ensino secundário, no âmbito dos cursos científico-humanísticos, as taxas de transição/conclusão revelam alguma estabilidade, situando-se sempre acima das médias nacionais: 79,2%, 79,2% e 78,1% face a 78,5%, 77,6% e 77,0%.

No que diz respeito às provas de aferição do 4.º ano, a percentagem de alunos com sucesso (Satisfaz, Bom e Muito Bom) a Língua Portuguesa vai oscilando, ao longo do triénio, e supera as médias nacionais em 2007-2008 e 2008-2009: 89,9%, 95,6% e 86,1% face a 89,5%, 90,2% e 91,6%. A Matemática, por sua vez, ainda que os resultados regredam, no período em análise, situam-se acima dos nacionais naqueles dois anos lectivos: 95,5%, 90,0% e 87,2% *versus* 90,8%, 88,1% e 88,9%. No 6.º ano, a Língua Portuguesa, ainda que se registre uma ligeira oscilação, as taxas de sucesso situam-se sempre acima das nacionais (94,7%, 93,1% e 93,7% *versus* 93,4%, 88,4% e 88,4%). Na disciplina de Matemática, os resultados obtidos vão regredindo, no triénio, situando-se, contudo, sempre acima das médias nacionais (88,4%, 79,2% e 77,3% face a 81,8%, 78,7% e 77,0%). No âmbito dos exames nacionais do 9.º ano de escolaridade, a taxa de sucesso (níveis três, quatro e cinco) situa-se, na generalidade, acima das médias nacionais e revela uma tendência oscilatória: 88,2%, 76,8% e 85,0% *versus* 84,9%, 71,8% e 70,2%, a Língua Portuguesa, e 58,9%, 65,0% e 57,4% face a 57,4%, 65,9% e 51,3%, a Matemática. Nos exames do ensino secundário, no 11.º ano, na disciplina de Física e Química A, as médias têm regredido, no período em análise, ainda que, na generalidade, se situem acima das nacionais (11,2, 10,9 e 10,2 *versus* 9,3, 8,7 e 10,8). Na disciplina de Biologia e Geologia, por sua vez, os resultados revelam alguma estabilidade e situam-se sempre acima dos nacionais: 10,9, 10,7 e 10,9 *versus* 10,5, 9,8 e 10,8. No 12.º ano, na disciplina de Matemática, os resultados revelam uma tendência oscilatória e situam-se acima das médias nacionais nos dois últimos anos: 13,6, 13,7 e 13,2 *versus* 14,0, 11,7 e 12,2. Em Português, é de registar o facto de os resultados serem inferiores aos nacionais em 2007-2008 e 2008-2009, mas de os superarem em 2009-2010, revelando uma tendência de evolução positiva no triénio: 8,9, 10,8 e 11,3 *versus* 10,4, 11,7 e 11,0.

No âmbito dos cursos de educação e formação concluídos no triénio, registam-se, na generalidade, baixas taxas de conclusão (55% e 75%, em 2007-2008, 88%, em 2008-2009 e 53% e 47%, em 2009-2010). O mesmo se verifica nos cursos profissionais. Nos dois percursos terminados no triénio, assinalam-se taxas de conclusão de 67% e 43%. Os resultados académicos são objecto de análise e reflexão em reuniões de grupo de recrutamento, de departamento e de Conselho Pedagógico. Estas acções têm permitido a identificação das áreas com maior insucesso ao nível das taxas de transição/conclusão (Matemática e Físico-Química) e têm tido impacto nos processos de planeamento, designadamente na definição/implementação de medidas que visam a melhoria dos resultados. São de destacar, neste contexto, as turmas de proficiência aplicada, no 5.º ano de escolaridade, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, a *Oficina de Escrita*, o Plano da Matemática II, entre outras.

No que diz respeito ao abandono escolar, no triénio, registaram-se apenas dois casos, no 6.º ano, no ano lectivo de 2008-2009, demonstrando que o trabalho levado a cabo pelos professores, directores de turma, famílias, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Vila Franca de Xira e Tribunal de Família de Menores da mesma localidade tem surtido efeito. Porém, regista-se um número elevado de alunos que anulam a matrícula e que são excluídos por faltas nos cursos de educação e formação e profissionais.

1.2 Participação e desenvolvimento cívico

O trabalho feito em parceria com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, no âmbito do projecto Educação, Género e Cidadania, através da aplicação de guiões temáticos, em sala de aula, da criação de um *Mini-Banco do Tempo «Solidariedade e Cidadania»*, destinado à promoção do sentido de comunidade e de relações sociais mais humanas, da atribuição de certificados de reconhecimento de trabalhos de mérito em género e cidadania, realizados pelos alunos, constitui o aspecto mais importante a realçar. De referir ainda a articulação deste com outros projectos, nomeadamente o de Educação para a Saúde e o da *Leitura e Igualdade de Género e de Oportunidades*, no âmbito do qual foram abordadas temáticas como os afectos, os direitos, as liberdades e as diversidades. A participação dos alunos na iniciativa *Parlamento dos Jovens* demonstra a importância concedida ao desenvolvimento, pelos discentes, de valores como a convivência democrática, promovendo-se, igualmente, o seu envolvimento na discussão de diversos temas. A educação para a solidariedade constitui outra das vertentes exploradas, consubstanciada em iniciativas de recolha de roupas, bens alimentares e outras, apoiando-se instituições como o Banco Alimentar Contra a Fome e os Médicos do Mundo. A *Gala de Solidariedade* constitui outro dos exemplos, nesta área. De destacar o trabalho com a Associação de Defesa dos Direitos Humanos, em torno dos Objectivos do Milénio – Cidadãos do Mundo, sensibilizando-se os alunos para a questão dos direitos humanos.

Os alunos encontram-se representados nos conselhos de turma e nos Conselhos Pedagógico e Geral, onde a sua participação é considerada profícua. De realçar, pela positiva, a integração de representantes dos alunos na equipa de auto-avaliação do Agrupamento. Ainda assim, a realização de assembleias de delegados, enquanto estratégia de envolvimento mais generalizado dos alunos na vida escolar, não acontece regularmente. A Associação de Estudantes revela algum dinamismo, apresentando um Plano de Actividades que congrega acções que se estendem para além de iniciativas meramente recreativas. De referir a sua participação na promoção de uma campanha em torno da temática *Não-violência no namoro*, no ano lectivo anterior. Os alunos não demonstram conhecer os documentos estruturantes, à excepção do Regulamento Interno, objecto de uma divulgação mais estruturada. Encontram-se satisfeitos, na generalidade, com o serviço educativo prestado pelo Agrupamento e sentem abertura, por parte dos directores de turma e da direcção, para apresentar as suas sugestões/reclamações. O envolvimento dos alunos em processos de tutoria de colegas, em algumas turmas, constitui outra das práticas a merecer destaque, em matéria de desenvolvimento cívico.

1.3 Comportamento e disciplina

A comunidade educativa percebe o comportamento dos alunos como bom e revela-se satisfeita com o ambiente educativo existente. As situações de indisciplina com alguma gravidade (agressões entre alunos, furtos, entre outras) têm carácter pontual e ocorrem com maior incidência, no 2.º CEB. Uma análise do número de alunos que foram alvo de medidas disciplinares sancionatórias mostra-nos que de cinco alunos, no 2.º CEB, em 2008-2009, passou-se para 24, em 2009-2010, número que reflecte um aumento das situações devido aos constrangimentos provocados pelas obras no espaço escolar. Nos restantes ciclos esse valor é pouco expressivo. No 1.º CEB, o desenvolvimento de um programa de competências sociais e pessoais dos alunos, levado a cabo por uma psicóloga, tem-se revelado eficaz, na resolução de casos complicados. A actuação célere da direcção, dos directores/professores titulares de turma, em articulação com os pais e encarregados de educação, são estratégias que surtem efeito na prevenção/resolução dos casos de indisciplina. Regista-se ainda a colaboração prestada pela Escola Segura, no âmbito desta problemática. A divulgação do Regulamento Interno e a implementação do *Contrato Pedagógico*, estimulando-se nos alunos o sentido de responsabilidade e a apropriação de regras, contribuem também para a tranquilidade dos comportamentos no espaço escolar. A valorização da disciplina e da assiduidade é ainda conseguida pela existência de uma componente sobre atitudes nos critérios de avaliação.

1.4 Valorização e impacto das aprendizagens

Os responsáveis, atentos às expectativas das famílias, dos alunos e da comunidade local, apostaram na diversificação das disciplinas de oferta de escola e da oferta formativa, neste caso através da criação de cursos de educação e formação e de cursos profissionais em diversas áreas como o Turismo, a Multimédia, entre outras. A comunidade educativa mostra satisfação face às aprendizagens realizadas pelos alunos destes cursos, reconhecidas pelos empresários locais, nomeadamente no decorrer da formação em contexto de

trabalho. Apesar disso, o acompanhamento do percurso escolar e profissional dos alunos que concluíram os estudos é efectuado de uma forma informal, não dispondo o Agrupamento de mecanismos estruturados que lhe permitam ter um conhecimento sistemático e actualizado dos mesmos, de modo a conhecer-se o real impacto das aprendizagens.

O reconhecimento público dos alunos com bons resultados académicos, nos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, é concretizado através da atribuição dos *Diplomas de Mérito*, situação que não se estende aos alunos do 1.º CEB. Há outras iniciativas que estimulam e valorizam as aprendizagens das crianças e alunos, como, por exemplo, a participação em concursos (Gulbenkian Ciência, a animação de *sites* no âmbito da Biologia Moderna, em parceria com a Microsoft, os campeonatos de Tangram e o *Problema do Mês*), a realização de diversas exposições, destacando-se as que ocorrem em actividades como *Esta Semana Acontece*, bem como a divulgação conseguida através do jornal escolar *Reyjornaldo*.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade

Os processos de articulação e sequencialidade encontram-se, no geral, pouco consolidados, ainda que se identifiquem práticas positivas. Os docentes que leccionam as mesmas disciplinas/anos de escolaridade revelam articulação nos processos de planificação de médio e longo prazo, em todos os níveis de educação e ensino. Registam-se, ainda, práticas de partilha de materiais pedagógicos. A nível interdisciplinar, predominam no Plano Anual de Actividades acções pouco consistentes, ligadas essencialmente à comemoração de dias festivos. São de mencionar, mesmo assim, outras iniciativas desenvolvidas entre as disciplinas de Língua Portuguesa e Educação Visual e Tecnológica, no 2.º CEB, no âmbito do estudo de determinadas obras literárias.

A articulação entre a componente curricular e a de enriquecimento curricular, no 1.º CEB, não é muito evidente. Ainda que os técnicos responsáveis pelas Actividades de Enriquecimento Curricular participem em reuniões com os docentes titulares de turma, trimestralmente, não existe efectivamente um trabalho de planificação conjunto e articulado. Não se reconhecem, também, mecanismos estruturados de supervisão destas actividades, pelos docentes titulares de turma. De referir, também, a inexistência de articulação sistemática entre as Actividades de Enriquecimento Curricular, no 1.º CEB, e as correspondentes disciplinas curriculares, no 2.º CEB.

A gestão vertical do currículo representa uma das áreas mais frágeis, em matéria de articulação. Não se identificam, de facto, acções relevantes, neste âmbito. Apesar disso, interessa destacar as iniciativas que o Agrupamento desenvolve no sentido de facilitar a integração das crianças/alunos nos ciclos/níveis seguintes, nomeadamente as visitas dos alunos do 4.º ano à Escola-Sede, o envolvimento dos docentes daquele ano no processo de formação de turmas do 5.º ano, as reuniões de trabalho entre as educadoras e os docentes titulares de turma do 1.º CEB e a organização de processos de orientação vocacional para os alunos do 9.º ano de escolaridade, pelos Serviços de Psicologia e Orientação, entre outras.

2.2 Acompanhamento da prática lectiva em sala de aula

A monitorização e a avaliação do planeamento individual de cada professor são processos que se encontram por firmar, uma vez que se restringem à verificação do cumprimento dos programas. Além disso, não se encontra instituída uma rotina de acompanhamento e supervisão da prática lectiva em sala de aula, organizada como estratégia de desenvolvimento mútuo e de estimulação da qualidade profissional e científica dos docentes, ocorrendo apenas em situações de dificuldade de relacionamento pedagógico e em situações de avaliação de desempenho dos docentes.

Registam-se algumas práticas que visam assegurar a confiança na avaliação interna e nos resultados. Encontra-se generalizada a aplicação de instrumentos comuns para a avaliação diagnóstica, em todos os ciclos/níveis de ensino. No âmbito da avaliação formativa/sumativa, a elaboração de matrizes para os instrumentos de avaliação não é ainda uma prática consolidada, em todos os departamentos, verificando-se que acontece com mais incidência no 1.º CEB. Contudo, em alguns anos de escolaridade do 3.º CEB e do ensino secundário, a adesão aos testes intermédios é uma estratégia que concorre para aquele objectivo. Os critérios de avaliação são definidos pelo Conselho Pedagógico e divulgados junto dos alunos e encarregados de educação, mas a

monitorização da sua aplicação, pelos coordenadores de departamento/delegados de grupo, encontra-se por comentar.

2.3 Diferenciação e apoios

No âmbito do acompanhamento dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, regista-se uma boa articulação entre todos os técnicos envolvidos, docentes, directores/professores titulares de turma e respectivas famílias, salientando-se, como boa prática, o facto dos docentes de educação especial acompanharem, no geral, os alunos ao longo de todo o seu percurso escolar. De destacar, também, a articulação com outras instituições, designadamente os hospitais Júlio de Matos, Dona Estefânia e de Santa Maria, o Centro de Saúde de Vila Franca de Xira, bem como o Centro de Recursos para a Inclusão da Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados da Póvoa de Santa Iria (Cercipóvoa), que disponibiliza técnicos de psicologia e psicomotricidade, parcerias/colaborações que têm impacto no desenvolvimento dos processos educativos destes alunos. De referir, também, o facto dos discentes com Plano Individual de Transição serem envolvidos no desenvolvimento de competências profissionalizantes em diversas instituições da comunidade, como a Associação para o Bem Estar Infantil e pequenas empresas locais.

Merece especial referência o trabalho desenvolvido na Unidade de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo e no âmbito do ensino bilingue de alunos surdos, demonstrando a abrangência do Agrupamento, também nesta matéria. A taxa de sucesso dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente atinge, nos dois últimos anos lectivos, os 100%, à excepção do 2.º CEB que, em 2009-2010, foi de 85,7%. Para os alunos com dificuldades de aprendizagem são desenvolvidas, entre outras, medidas como o apoio educativo, no 1.º CEB. Nos restantes ciclos/níveis de ensino são de referir a disponibilização de apoios, geralmente ministrados pelos docentes das respectivas disciplinas, sobretudo em Língua Portuguesa, Matemática e Inglês, e de tutorias para apoio a estratégias de estudo, orientação e aconselhamento. A análise da taxa de sucesso dos alunos com planos de recuperação, no último triénio, mostra-nos que a mesma regrediu no 1.º e 2.º CEB: de 84,9%, em 2007-2008, para 43,1%, em 2009-2010, no 1.º CEB, e de 65,9% para 47,4%, no 2.º CEB. No 3.º CEB, por sua vez, verificou-se globalmente alguma melhoria, naquele período (de 63,0% para 77,4%). Na sua generalidade, estes valores traduzem alguma ineficácia das estratégias implementadas, à semelhança do que acontece com os planos de acompanhamento, monitorizados apenas nos 2.º e 3.º ciclos, e cujas taxas de sucesso, no último ano lectivo, atingem os 56,3% e 63,0%, respectivamente. De salientar, pela positiva, a adopção de medidas destinadas ao desenvolvimento dos alunos com capacidades excepcionais de aprendizagem, especialmente o seu envolvimento num projecto específico, designado *Espaço Criatividade e Liderança*.

2.4 Abrangência do currículo e valorização dos saberes e da aprendizagem

O Agrupamento disponibiliza uma oferta educativa abrangente, encerrando múltiplas dimensões. O Desporto Escolar constitui uma das áreas privilegiadas, incluindo modalidades como o futebol, o basquetebol, o voleibol, o tiro com arco e a ginástica. A promoção da leitura constitui outra das dimensões exploradas, evidente na concretização de acções como a Hora do Conto, a Feira do Livro, o Concurso Nacional de Leitura e diferentes iniciativas de dinamização das bibliotecas escolares. A promoção de actividades culturais como as idas ao teatro, a participação na iniciativa *Os Aprendizazes do Fingir*, o bailado Meninos da Cidade, para alunos do 1.º CEB, ilustra outra das vertentes do currículo ministrado que, à semelhança das restantes, tem impacto na formação integral dos alunos. O Agrupamento é ainda reconhecido pelo relevo concedido à vertente artística. Além da oferta das disciplinas de Educação Musical, Dança e Teatro, no 3.º CEB, disponibiliza-se ainda o curso científico-humanístico de Artes Visuais, no ensino secundário.

A actividade experimental é concretizada, na generalidade das turmas, ainda que, no 1.º CEB, aquela aconteça apenas de forma esporádica, em algumas delas. Os saberes práticos e profissionais são igualmente valorizados, em especial junto dos alunos que frequentam os cursos profissionais. Neste contexto, são de realçar o envolvimento dos alunos de um curso de Turismo em eventos de recepção à comunidade e os de um curso da área do Apoio à Infância no acompanhamento dos alunos do 1.º CEB, em diversas actividades.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade

O planeamento da organização e gestão do Agrupamento tem como base as linhas orientadoras dos Projectos Educativo e Curricular de Agrupamento. O lema do Projecto Educativo é «Uma Escola Inteira», documento que define, também, as áreas de intervenção prioritária, onde perpassa a imagem de uma organização escolar empenhada em melhorar os seus resultados académicos, em educar para a cidadania e em promover a inclusão. O Plano Anual de Actividades e o Projecto Curricular do Agrupamento apresentam um conjunto de acções em que é evidente a articulação com o Projecto Educativo. O primeiro apresenta-se como um documento globalmente bem estruturado, integrando as diferentes actividades divididas por quatro secções, apesar das debilidades evidenciadas no campo da interdisciplinaridade. Como aspecto menos positivo, destaca-se o facto deste documento não ter sido aprovado, até ao momento, pelo Conselho Geral, revelando debilidades na concretização de um planeamento atempado. Os projectos curriculares de turma obedecem a uma estrutura comum, por ciclo, e mostram-se adequados às especificidades de cada grupo/turma.

O planeamento do ano lectivo, decorrente de um diagnóstico dos diferentes recursos, efectuado pelo Director, recebe, posteriormente, os contributos do Conselho Pedagógico. Nesta área, é de realçar a existência de critérios e a sua aplicação na execução das tarefas educativas como a constituição de turmas, a distribuição de serviço e a elaboração dos horários. A programação das áreas transversais de Estudo Acompanhado e de Área de Projecto, nos 2.º e 3.º ciclos, está coerente com as prioridades do Projecto Educativo, salientando-se, na primeira, o reforço das aprendizagens, em especial nas áreas da Matemática e da Língua Portuguesa e, na segunda, a exploração de temas diversos. De salientar, como prática positiva, o envolvimento dos alunos na selecção dessas temáticas.

3.2 Gestão dos recursos humanos

O Director detém um bom conhecimento das competências pessoais e profissionais dos corpos docente e não docente, aplicando-o numa gestão eficaz dos recursos humanos. A docente titular da turma bilingue do 1.º CEB, por exemplo, tem formação específica em Língua Gestual Portuguesa. Também as assistentes operacionais que exercem funções na Biblioteca Escolar, no Bufete e no apoio aos laboratórios possuem formação específica/experiência nas respectivas áreas. A distribuição do serviço docente obedece ainda aos critérios definidos no Projecto Curricular de Agrupamento, assegurando-se, de um modo geral, a manutenção de equipas pedagógicas ao longo de um ciclo/nível. A designação dos directores de turma respeita o perfil definido naquele documento, privilegiando, também, a continuidade, entre outros critérios, factos que revelam uma gestão que confere primazia ao cariz pedagógico.

Assiste-se, neste contexto, à valorização da dimensão educativa dos conteúdos funcionais do pessoal não docente, sobretudo dos assistentes operacionais, evidente, por exemplo, nas orientações recebidas para acompanhamento de alunos com necessidades educativas especiais e na sua participação em diversos debates e colóquios. De salientar, nesta linha, o envolvimento de uma assistente técnica, com formação em Sociologia, na dinamização de acções de sensibilização, dentro desta área, para a comunidade educativa.

A formação dos diferentes profissionais é outro dos aspectos valorizados. Existe um plano de formação do pessoal docente e não docente que integra a oferta do Centro de Formação Infante D. Pedro e a disponibilizada por recursos internos e em parceria com outras instituições. Nos últimos anos, para os professores, tem sido realizada formação centrada nas tecnologias da informação e comunicação e em avaliação profissional, entre outras. Internamente, foram promovidas acções de sensibilização/formação no âmbito das temáticas Perturbações no Desenvolvimento do Espectro do Autismo, Género e Comunicação Inclusiva, entre outras, indo ao encontro das necessidades identificadas e das prioridades definidas, o que é um aspecto positivo a sublinhar. A oferta formativa disponibilizada para o pessoal não docente tem sido insuficiente para as necessidades diagnosticadas. De salientar, pela positiva, a participação destes elementos na generalidade das acções de sensibilização/formação atrás referidas. Os Serviços Administrativos estão organizados por áreas funcionais, oferecendo um atendimento próximo e personalizado aos utentes e respondendo às suas necessidades.

3.3 Gestão dos recursos materiais e financeiros

Coexistem, no Agrupamento, realidades muito distintas, entre edifícios modernos, atractivos e funcionais e outros menos apelativos. Por um lado, destaca-se a EB1/JI Dr. Sousa Martins, edifício inaugurado recentemente, com excelentes condições para o desenvolvimento da actividade educativa. Merecem referência, neste estabelecimento de educação e ensino, os espaços exteriores amplos, as salas de aula, o ginásio, entre outros. O mesmo se verifica na Escola-Sede, recentemente requalificada no âmbito do Programa de Modernização do Parque Escolar Destinado ao Ensino Secundário, onde se reconhecem bons equipamentos tecnológicos, salas específicas para o desenvolvimento da educação artística, excelentes laboratórios, um polivalente, uma Biblioteca Escolar bem apetrechada, salas de trabalho destinadas aos docentes e equipamentos destinados à utilização do edifício por pessoas com mobilidade condicionada. Por outro lado, a EB1 e o JI de A-dos-Bispos, que apresentam, no geral, espaços e equipamentos pouco adequados à organização dos processos de ensino e aprendizagem, o que constitui, de facto, um constrangimento. Finalmente, a EB1 e o JI do Bairro do Paraíso, que se situam, globalmente, numa situação intermédia entre as duas realidades descritas. Neste estabelecimento de educação e ensino, reconhecem-se espaços adequados ao desenvolvimento da actividade educativa, sobressaindo a Biblioteca Escolar, pela organização evidenciada e pelo horário de funcionamento praticado. No campo da segurança, registam-se algumas fragilidades nas unidades educativas da educação pré-escolar e do 1.º CEB. Não existem planos de segurança interna aprovados e não se realizam exercícios de evacuação ou simulacros. Na Escola-Sede esta matéria encontra-se em fase de conclusão.

O Agrupamento demonstra alguma capacidade para angariação de receitas próprias, através da candidatura a diversos projectos.

3.4 Participação dos pais e outros elementos da comunidade educativa

O Agrupamento desenvolve um conjunto de actividades destinadas ao envolvimento dos pais e encarregados de educação na vida escolar. De entre elas, destaca-se a sua participação nas festas de final de período/ano, na recepção aos alunos e em diversas acções de sensibilização sobre temáticas como a gestão de conflitos e ensinar os educandos a estudar, entre outras. Destaque, ainda, para a dinamização de uma acção de formação em Língua Gestual Portuguesa, destinada, também, aos pais e encarregados de educação. Porém, a adesão destes elementos às acções de sensibilização/formação não é muito significativa, ainda que não estejam implementados mecanismos de monitorização que atestem com rigor esta informação. O mesmo se verifica ao nível da participação nas reuniões com os docentes titulares/directores de turma e nas horas de atendimento, perpassando, contudo, nestes casos, a ideia de que a mesma é elevada. De salientar, como profícua, a participação dos pais e encarregados de educação nas reuniões de conselho de turma e nos órgãos de direcção, administração e gestão bem como a sua intervenção em grupos de trabalho constituídos, como o de auto-avaliação. Ainda assim, em algumas unidades educativas (pré-escolar e 1.º CEB), alguns pais e encarregados de educação sentem-se pouco estimulados a participar nas dinâmicas educativas dos respectivos estabelecimentos, indiciando que não há uma estratégia bem definida, nesta matéria.

As associações de pais têm desempenhado um papel determinante na vida do Agrupamento, envolvendo-se activamente em questões como a melhoria das condições físicas para a realização das Actividades de Enriquecimento Curricular, a angariação de verbas para aquisição de vários equipamentos, o financiamento de visitas de estudo e o apoio a alunos carenciados. Os pais e encarregados de educação, de uma forma geral, mostram-se satisfeitos com o profissionalismo e a disponibilidade dos professores titulares/directores de turma, a qualidade do corpo docente e o ambiente seguro vivido nas escolas.

3.5 Equidade e justiça

O Projecto Educativo expressa de forma clara princípios de equidade e justiça. Além disso, há a percepção, por parte de todos os elementos da comunidade educativa, que os responsáveis norteiam a sua actuação através do cumprimento daqueles valores, designadamente nos processos de formação de turmas, de elaboração de horários e de distribuição de serviço. O princípio da igualdade de oportunidades é efectivamente concretizado. Neste âmbito, é de destacar a disponibilização de diversas modalidades de apoio destinadas à melhoria das aprendizagens. O envolvimento dos discentes, nas diferentes actividades, é sempre assegurado, mesmo dos

mais carenciados, garantindo-se a sua efectiva participação em acções como visitas de estudo, por exemplo. A inclusão constitui, também, uma das áreas prioritárias definidas no Projecto Educativo e que se consubstancia, de facto, na definição de uma oferta formativa diversificada, onde sobressai o trabalho com os alunos com necessidades educativas especiais. Sublinhe-se, neste caso, a participação dos alunos surdos no Projecto Comenius – Sabores da Europa e na dramatização da história Dom Leão e Dona Catatua, na sessão de lançamento do livro, no Centro Cultural de Cascais, bem como na Qualific@ 2010. A própria sensibilização da comunidade escolar para a Língua Gestual Portuguesa, materializada em iniciativas como a disponibilização de acções de formação para todos os elementos da comunidade escolar, demonstra a atenção concedida a esta matéria. De destacar, também, o trabalho desenvolvido com os alunos estrangeiros, quer ao nível da disponibilização de estratégias de apoio, quer na dinamização de diversas acções de multiculturalismo que visam facilitar a sua integração/inclusão.

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia

As lideranças demonstram ter uma visão e estratégia claras. O Projecto Educativo, enquanto documento estruturante, define objectivos, estratégias e metas, contemplando, também, indicadores de medida que demonstram a importância concedida à avaliação do documento e, conseqüentemente, da acção educativa. Por outro lado, estes factos ilustram a orientação da acção das lideranças para os resultados. Ainda assim, em alguns casos, regista-se alguma falta de ambição nas metas definidas, como as das taxas de abandono escolar nos cursos de educação e formação e dos profissionais (30% e 20%, respectivamente). A visão e estratégia das lideranças verificam-se ainda na disponibilização de uma oferta educativa bastante diversa, que vai ao encontro das expectativas da comunidade, assumindo especial relevância, neste contexto, a abrangência dos apoios para os alunos com necessidades educativas especiais, em que o ensino bilingue de alunos surdos constitui efectivamente uma área de excelência. Também o desenvolvimento do projecto Educação, Género e Cidadania tornou este Agrupamento uma referência de boas práticas na área da cidadania e igualdade de género. Por estas razões, o Agrupamento detém uma imagem bastante positiva na comunidade local e uma grande capacidade de atracção. Estes aspectos perspectivam um bom desenvolvimento da organização escolar que se assumirá cada vez mais como uma instituição educativa de referência na comunidade, graças, também, às novas instalações da Escola-Sede e da EB1/JI Dr. Sousa Martins.

4.2 Motivação e empenho

A direcção é reconhecida na comunidade pela sua competência, empenho, abertura e dedicação. Estas qualidades têm impacto positivo na motivação e mobilização de todos os profissionais. O Conselho Geral tem exercido um papel fundamental na formulação de recomendações e na aprovação do Projecto Educativo e Regulamento Interno. No entanto, este órgão não aprovou o Plano Anual de Actividades, que ainda não foi submetido à sua apreciação, situação que indicia algumas fragilidades no acompanhamento da acção dos demais órgãos do Agrupamento. O Conselho Pedagógico demonstra algum dinamismo, organizando-se em grupos de trabalho em função de tarefas a realizar, mas revela limitações na sua actuação, nomeadamente ao nível da promoção da articulação vertical. Existe um bom relacionamento entre estes dois órgãos e o Director considerando-se, no geral, as competências e responsabilidades inerentes a cada um. Os coordenadores de estabelecimento desempenham um papel importante na gestão das escolas básicas do 1.º CEB e dos jardins-de-infância, agindo sempre em articulação com os elementos da direcção. Constata-se, como boa prática, o envolvimento das lideranças intermédias responsáveis pelo pessoal não docente nos processos de tomada de decisão.

De uma forma geral, docentes e não docentes encontram-se empenhados e reconhece-se a existência de um bom clima de trabalho. Há inclusivamente um sentimento de pertença muito evidente de muitos dos profissionais que, outrora alunos, vivem intensamente uma cultura de identificação com a Escola-Sede, que designa de «reynaldos» todos os que estudaram ou estudam naquele estabelecimento de ensino.

4.3 Abertura à inovação

Apesar de o Agrupamento mostrar alguma abertura à inovação, esta não é ainda uma das suas áreas mais fortes. No entanto, a adesão a projectos como a implementação de turmas de proficiência, aplicada nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, no 5.º ano de escolaridade, e a criação do ateliê *Espaço Criatividade e Liderança*, destinado aos alunos com planos de desenvolvimento, constituem iniciativas inovadoras com repercussão nas aprendizagens dos alunos. Destaca-se, ainda, a informação disponível na página Web, com utilidade para os diferentes elementos da comunidade educativa. A integração de uma área de inovação tecnológica, no Projecto Educativo, bem como o recente apetrechamento do parque informático, poderá contribuir para o desenvolvimento desta área, com impacto nos processos de ensino e aprendizagem.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

O Agrupamento desenvolve uma rede activa de parcerias, protocolos e projectos, que envolve diversas entidades, instituições sociais e culturais e empresas locais, com impacto significativo no serviço educativo prestado. A Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira prestam sobretudo apoio logístico e técnico. De salientar, as parcerias com a Associação do Comércio, Indústria e Serviços dos Concelhos de Vila Franca de Xira e Arruda dos Vinhos, na dinamização de acções de empreendedorismo, os Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira, no transporte dos alunos com necessidades educativas especiais, o Centro de Acolhimento Temporário, na integração de alunos em risco, o Conservatório Regional Silva Marques, no âmbito do Ensino Articulado da Música, e com a Universidade de Lisboa, na formação inicial de professores, entre outras. De realçar, também, as parcerias com múltiplas entidades/empresas com as quais o Agrupamento trabalha no âmbito da formação em contexto de trabalho dos alunos dos cursos de educação e formação e profissionais. A participação em projectos nacionais como o Desporto Escolar, o Plano da Matemática II, a Rede de Bibliotecas Escolares, o Plano Nacional de Leitura, o Programa de Educação Para a Saúde, os Empresários Pela Inclusão Social e de outros internacionais, como o Comenius – Sabores da Europa, contribuem, igualmente, para a melhoria da qualidade do serviço educativo prestado, bem como para a boa imagem do Agrupamento na comunidade.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria do Agrupamento

5.1 Auto-avaliação

O Agrupamento tem desenvolvido práticas de auto-avaliação, como a avaliação dos resultados escolares, a análise dos relatórios da actividade educativa, elaborados pelas diferentes estruturas de coordenação e supervisão pedagógica, e a aplicação de questionários para a elaboração do actual Projecto Educativo. Estas acções permitiram a identificação de alguns pontos fortes e fracos e a implementação de estratégias de melhoria. No ano lectivo 2009-2010 foi criada uma equipa de auto-avaliação, da qual fazem parte docentes de todos os ciclos/níveis de ensino, assistentes operacionais e técnicos, um representante dos pais, dos alunos, da câmara municipal e de uma empresa, na qualidade de consultor e *amigo crítico*. Esta equipa procedeu à avaliação interna, através do modelo CAF (*Common Assessment Framework*), com a aplicação de questionários *on-line* a toda a comunidade educativa. O relatório final do diagnóstico organizacional foi plenamente divulgado junto de toda a comunidade, quer através de sessões presenciais, quer da página Web do Agrupamento, ainda que não tenha sido objecto de apreciação pelo Conselho Geral. Neste momento, a equipa já elaborou o plano de melhoria e priorizou as acções a implementar.

5.2 Sustentabilidade do progresso

O trabalho realizado pela equipa de auto-avaliação, consubstanciado no relatório final, permitiu a identificação sustentada de pontos fortes e de aspectos a melhorar, nos campos seleccionados para análise, mas ainda não teve impacto no planeamento, na gestão das actividades e na organização do Agrupamento. Efectivamente, as acções de melhoria, decorrentes da aplicação do modelo CAF, ainda não foram implementadas e o processo de avaliação interna não abrangeu a totalidade das áreas de funcionamento da acção educativa. Apesar disso, o trabalho concretizado, a abrangência da constituição da equipa de auto-avaliação, a formação específica

adquirida e o envolvimento de toda a comunidade educativa em torno do processo perspectivam a melhoria da capacidade de auto-regulação e, conseqüentemente, o progresso sustentado do Agrupamento.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresenta-se uma selecção dos atributos do **Agrupamento de Escolas Dr. Sousa Martins** (pontos fortes e fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (constrangimentos). A equipa de avaliação externa entende que esta selecção identifica os aspectos estratégicos que caracterizam o agrupamento e define as áreas onde devem incidir os seus esforços de melhoria.

Entende-se aqui por:

- **Pontos fortes** – atributos da organização que ajudam a alcançar os seus objectivos;
- **Pontos fracos** – atributos da organização que prejudicam o cumprimento dos seus objectivos;
- **Constrangimentos** – condições ou possibilidades externas à organização que poderão ameaçar o cumprimento dos seus objectivos.

Os tópicos aqui identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

Pontos fortes

- O desenvolvimento cívico dos alunos, conseguido através do seu envolvimento em projectos/actividades no âmbito da igualdade de género, da solidariedade, da convivência democrática e dos direitos humanos;
- O bom comportamento dos alunos, contribuindo para a satisfação dos elementos da comunidade educativa relativamente ao ambiente educativo;
- O trabalho relevante realizado no âmbito do ensino bilingue de alunos surdos, constituindo uma área de excelência do Agrupamento;
- A abrangência do currículo ministrado e da oferta educativa disponibilizada, bem como a valorização dos saberes e da aprendizagem, com impacto na formação integral dos alunos;
- A boa gestão dos recursos humanos efectuada pelo Director, com impacto na mobilização dos diferentes profissionais;
- O papel profícuo desempenhado pelas associações de pais na resolução de determinados problemas, contribuindo para a melhoria do funcionamento do Agrupamento;
- A equidade e justiça, princípios presentes em várias áreas do Agrupamento, garantindo-se a concretização da igualdade de oportunidades e da inclusão;
- A visão e estratégia das lideranças, contribuindo para a boa imagem que o Agrupamento detém na comunidade, que se assume como uma instituição educativa de referência;
- A rede de parcerias estabelecida junto de instituições da comunidade, com impacto na melhoria da prestação do serviço educativo.

Pontos fracos

- O fraco envolvimento dos alunos em assembleias de delegados e em sessões de discussão sobre os documentos estruturantes, impedindo uma participação mais generalizada dos discentes na vida escolar;
- As acções pouco consistentes no âmbito da gestão vertical do currículo, não facilitando a sequencialidade das aprendizagens dos alunos;
- Alguma ineficácia das medidas aplicadas aos alunos com dificuldades de aprendizagem, comprometendo-se a sua recuperação;
- A inexistência de uma estratégia bem definida com vista ao envolvimento dos pais e encarregados de educação de alguns estabelecimentos da educação pré-escolar e 1.º CEB nas respectivas dinâmicas educativas;
- A não aprovação, pelo Conselho Geral, do Plano Anual de Actividades, indiciando algumas fragilidades no âmbito acompanhamento da acção dos demais órgãos.

Constrangimentos

- As instalações do JI e da EB1 de A-dos-Bispos, pouco adequadas ao desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem.